

A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS SOBRE A DESIGUALDADE AMBIENTAL EM SEU CAMINHO PARA A ESCOLA

Vivian Alves Teixeira¹
José Artur Barroso Fernandes²

Resumo

Este trabalho é um relato de pesquisa qualitativa cujo objetivo foi investigar percepções de crianças em relação ao meio ambiente em que vivem e às injustiças ambientais que as cercam. O foco da investigação foi a percepção sobre o ambiente urbano em seu caminho de casa à escola. Os participantes da pesquisa foram crianças cursando o 3º ano do ensino fundamental, na faixa etária dos 8 aos 10 anos, provenientes de uma escola municipal e de outra particular, ambas localizadas em Niterói-RJ. Suas percepções foram registradas em uma atividade que solicitou o desenho de um mapa do caminho de suas casas até a escola e o registro de um pequeno parágrafo de texto. Os resultados apontam que as crianças percebem os efeitos das desigualdades ambientais que as cercam, e o fazem de forma bastante intuitiva e crítica, indicando seus contextos, os valores envolvidos e explicitando os problemas de forma concreta.

Palavras-chave: Educação Ambiental, desigualdade ambiental, Ensino Fundamental, crianças

Abstract

This paper reports a qualitative research aiming to investigate the perceptions of children in relation to the environment in which they live and the environmental injustices that surround them.

1 UFF

2 UFF

The focus of the investigation was the perception of the urban environment on their way from home to school. The research participants were children who attend the 3rd year of elementary school, aged 8 to 10 years, from two different schools, one municipal and the other private, both located in Niterói- RJ. Their perceptions were recorded through an activity that asked them to draw a map of the way from their homes to school and write a small paragraph of text. The results indicate that children do perceive the effects of the environmental inequalities that surround them, and they do so in a very intuitive and critical way, indicating their contexts and the related values, pointing out the problems in a concrete way.

Keywords: Environmental Education, environmental inequality, Elementary School, children

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho relata uma pesquisa de Monografia de Conclusão de Curso que teve por objetivo investigar as percepções de crianças em relação ao meio ambiente em que vivem e às injustiças ambientais que as cercam, por meio de uma abordagem qualitativa. Nossa motivação para esse tema partiu de uma discussão, entre licenciandos envolvidos em disciplina de Educação e Meio Ambiente, sobre a possibilidade de se tratar algumas questões ambientais de forma complexa e socialmente referenciada, quando lidamos com crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental.

É uma investigação que parte do pressuposto de que há um discurso adultocêntrico dominante na nossa sociedade, o qual criticamos, em que as crianças seriam meros projetos de futuro, sendo consideradas folhas em branco sem senso crítico e incapazes de apreenderem e influenciarem sua presente realidade, não sendo convidadas a participar das construções e decisões. Além disso, a infância quando analisada sob essa perspectiva, e como sugerem Maia e Machado (2016), é considerada de forma homogênea, sem distinção do contexto social em que cada criança está inserida, ignorando as desigualdades socioambientais a que estão sujeitas. De acordo com esse cenário, a ideia é traçar um caminho que busca apresentar uma visão outra em relação a capacidade de perceber e atribuir sentido que essas crianças apresentam de suas próprias existências e experiências no e para com o mundo, baseando-se em concepções de uma pedagogia da autonomia (Paulo Freire, 1996) e de uma educação ambiental crítica.

Deste modo, quando nos referirmos então às escolas e instituições de ensino, em que cada vez mais se apregoa um discurso sobre a importância de estarem as crianças e os jovens inseridos nestes espaços, podemos questionar e problematizar sobre a qualidade dos mesmos, como fazem Maia e Machado (2016) argumentando que “não bastam serem as crianças “depositadas” em espaços formais de ensino, lugares onde muitos acreditam que a principal função das crianças, em se tratando de educação ambiental, é o de serem “conscientizadas” e preparadas para o futuro” (MAIA; MACHADO, 2016, p.5). Portanto, é preciso realizar esta problematização e ainda, que seja levado em consideração o que pensam/falam as próprias crianças sobre o tema.

A Educação Ambiental - EA é um campo bastante amplo que abarca diferentes visões de sociedade, ambiente natural e construído e suas

relações. Muitas das abordagens de Educação Ambiental que são propostas para as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental parecem ter características de EA conservacionista ou pragmática, no sentido proposto por Layrargues e Lima (2011), o que nos leva a questionar se isso se dá pela predominância dessas macrotendências, em todos os níveis educacionais, ou devido a uma especificidade dessa faixa etária infantil, que seria considerada “projeto de futuro” sem capacidade de pensar criticamente sobre suas condições socioambientais.

Esse caráter crítico da EA questiona justamente o sentido de que o cenário de desigualdade ambiental é reflexo direto de uma sociedade pautada nas desigualdades sociais, fruto de um sistema que segue uma lógica de acumulação de capital baseada na exploração e espoliação de povos e territórios, que considera a natureza de forma utilitarista e como sendo fonte de recursos e matéria-prima que estariam a serviço de um desenvolvimento econômico infinito, como aponta o Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental (2012). Dessa forma, levamos nosso foco para a percepção das crianças em relação às desigualdades ambientais no entorno da escola e de suas casas, no sentido de investigar que tipo de visão de mundo elas já apresentam em relação a essas questões.

Apesar da existência da declaração universal dos direitos humanos que diz em seu artigo 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” - Assembleia Geral das Nações Unidas, resolução 217 A III (ONU, 1948), e de legislações como o Estatuto da criança e do adolescente - ECA que afirma: “Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL, 1990), cada vez mais famílias estão sujeitas a condições degradantes de sobrevivência sem direitos humanos básicos garantidos, o que prejudica de forma incalculável o desenvolvimento dessas diversas infâncias.

Sem considerar toda essa problemática, e assim, sem olhar para a maioria das crianças em sua situação concreta de descumprimento de direitos, as mesmas são pensadas como a “geração do futuro” na perspectiva de serem preparadas para atuarem num futuro planejado, e segundo Maia e Machado (2016, p.4) “em se tratando de uma perspectiva da educação ambiental, o apelo feito é para que elas sejam “conscientizadas” e

que colaborem com a preservação e conservação deste lugar, fundamentados, nesses casos, numa concepção do que estaria por vir, no futuro do planeta.” onde sua função seria salvá-lo.

Os autores ainda apontam que

[...] crianças enquanto projetos de “futuro do planeta”, gerações que devemos cuidar e preparar para um tempo posterior, são disseminados também estímulos a uma possível união em benefício do que seria o “bem” de todos e todas, e através de propagandas nas diversas mídias [...], nas escolas e em outras instituições, o apelo é para que as pessoas economizem água, reciclem seus lixos, troquem as sacolas plásticas por outras “ecologicamente corretas”, diminuam o uso dos carros individuais... Tudo em uma concepção e discurso de “salvar o planeta” e, assim, preservar o lugar que irão ocupar as futuras gerações, isto quer dizer, as crianças de hoje. (MAIA; MACHADO, 2016, p.2)

Os paradigmas seguidos para impetrar essa lógica extremamente desigual, podem ser percebidos no processo de urbanização, logo, de formação e estruturação das cidades, que por excluir e marginalizar a grande massa da população que nelas vivem, ou melhor, sobrevivem, parece ter sido um processo desenfreado e sem planejamento, mas que na verdade segue um plano muito bem definido, segundo Harvey (2012).

Pensar em um planejamento urbano alternativo ao que está colocado, que perpassasse pelo enfrentamento das disparidades socioambientais impostas por um processo já tão arraigado na nossa sociedade, demanda de uma reorganização e resistência da nossa formação político-pedagógica e deve ser implantada logo na educação básica, como sugeriram os autores Arno Vogel, Vera Lucia de O. Vogel e Gerônimo E. de A. Leitão, no livro *Como as crianças vêem a cidade*:

Se alguém quiser fornecer instrumentos elementares para observação e análise do que acontece nas cidades, terá de atuar nas escolas de 1º grau. São as melhores instituições para apresentar os recursos através dos quais se pode agir, seja junto à família, seja em grupos mais amplos, ou nas instâncias formalizadas de poder e decisão. Eis, enfim, a escola, elemento estruturante da cidade, assumindo um caráter didático comprometido, tanto com a cultura viva que a embebe, como com os objetivos políticos de democratização” (VOGEL; VOGEL; LEITÃO, 1995, p.8)

Nesse sentido, pensamos as crianças como sujeitos sociais de direito, que devem ser olhadas e atendidas de acordo com seus contextos concretos no momento presente, que já são bastante preocupantes. Segundo Tomás:

Milhões de crianças em todo o mundo são vítimas de fome; 12 milhões de crianças (com menos de 5 anos) morrem anualmente (1998) de doenças curáveis (Unicef 2000 cit in Santos, 2001:41); milhões são vítimas de misérias, maus-tratos, negligência, pedofilia, abusos psicológicos, pobreza, exclusão, extermínio e por aí em diante... Perante a cultura da impunidade e dos interesses econômicos, sob os quais determinadas elites têm permanecido acima da justiça e da lei. (TOMÁS (2006) apud MAIA; MACHADO, 2016, p. 6)

Assim, e para além disso, as crianças precisam ser ouvidas e incluídas nos processos de construção do conhecimento e de decisões das ações, e não apenas como 'novas gerações', já que "seja qual for o futuro do planeta, não se dará de forma igual para todos os sujeitos" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2011)

Esta pesquisa parte da concepção de que as crianças percebem as desigualdades ambientais, e seu desenvolvimento segue a pergunta geradora: até que ponto as crianças produzem uma percepção desenvolvida sobre as desigualdades ambientais e as formas como são atingidas pela injustiça ambiental? Nossos objetivos foram (1) identificar aspectos ambientais que as crianças percebem em seu caminho de casa à escola; (2) relacionar os aspectos ambientais apontados pelas crianças com suas condições de acesso a bens e serviços ambientais, identificando a percepção de elementos de injustiça ambiental e (3) discutir os resultados em relação ao desenvolvimento de trabalhos de Educação Ambiental em sua macro-tendência crítica com essa faixa etária em sua formação escolar.

2. CAMINHOS E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa qualitativa, desenvolvida com base em uma atividade realizada em escolas e que gerou os materiais (desenhos e textos) analisados. Os participantes da pesquisa foram 33 crianças que cursam o 3º ano do ensino fundamental, numa média de faixa etária dos 8 aos 10 anos, alunos provenientes de duas diferentes escolas (Escola 1 e Escola 2), ambas localizadas no município de Niterói-RJ. A Escola 1 é municipal e

fica localizada em um bairro na zona norte do município. A Escola 2 é particular, e localiza-se em um bairro mais central da cidade. A escolha das escolas, uma municipal e em bairro mais periférico, e a outra particular, em bairro central, foi feita no sentido de trazer diversidade para a pesquisa, em relação a diferentes contextos socioeconômicos em que diferentes elementos pudessem transparecer nas produções das crianças.

A pesquisa foi estruturada em torno da realização de uma atividade breve de coleta com a turma em sala de aula, com a mediação das professoras e o acompanhamento da pesquisadora. O instrumento de coleta consistiu em um documento contendo um cabeçalho com espaço para registro de nome e idade, um breve texto de orientação, um espaço para desenho de um mapa e, logo abaixo, 5 linhas para registro de um pequeno parágrafo, como se vê na Figura 1:

Nome _____ Idade _____

Desenhe um mapa mostrando o que você vê no caminho da sua casa até sua escola. Mostre o ambiente e os sons que você percebe no trajeto. Coloque legendas para indicar as coisas no desenho.

Agora escreva um pequeno parágrafo dizendo o que você acha legal ou não no ambiente do seu caminho.

Figura 1. Instrumento de coleta.

Fonte: os autores.

A atividade foi realizada em dois encontros com as turmas. No primeiro encontro o instrumento de coleta, impresso em folhas A4, foi apresentado e explicado, e segundo suas orientações, haveria a solicitação de que os alunos observassem o caminho de suas casas até a escola e que registrassem suas impressões no formato de um mapa e de um breve parágrafo, demonstrando o que mais os chamou atenção no trajeto percorrido e os elementos que considerassem positivos e negativos nesse percurso. O segundo encontro foi necessário apenas para recolhimento das atividades prontas.

É importante destacar que a intenção não foi desenvolver os conceitos de desigualdade e injustiça ambiental com os participantes, mas sim, investigar a forma como eles observam e expressam suas percepções sobre o ambiente que os cerca, tendo tais conceitos como base teórica apenas da análise. Por esse motivo, as orientações expressas na atividade foram bastante amplas, sem nenhuma indicação conceitual em específico, e nem mesmo o conceito de ambiente foi discutido com os alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 25 atividades entregues na Escola 1 e das 40 entregues na Escola 2, obtivemos um total de 33 atividades devolvidas, 11 da Escola 1 e 22 da Escola 2, em duas classes do 3º ano. Os resultados serão aqui apresentados em tópicos. Primeiro será realizada uma análise mais abrangente de todos os desenhos e parágrafos, que chamaremos de Perspectiva Geral, e depois serão apresentados resultados relativos aos seguintes temas: 1) As Escolas; 2) O caminho e o ambiente; 3) A Poluição.

3.1. PERSPECTIVA GERAL

Em relação aos desenhos, foi possível perceber que apesar de alguns se mostrarem um pouco confusos de interpretar, pela representação um tanto quanto abstrata de formatos e escalas, demonstraram uma noção significativa na sua percepção do espaço geográfico, do caminho percorrido e de seus elementos, o que chama bastante atenção e mostra que as representações conversam bastante entre si. Algumas noções básicas de percepção do ambiente já podem ser notadas por exemplo na representação de declives, morros, disposição das ruas e seus elementos.

Nesse sentido, foi interessante notar a compreensão bastante abrangente do conceito de ambiente que eles expressaram em suas representações, já que na ilustração de quase todos os desenhos é possível perceber que eles englobam tanto elementos naturais quanto urbanos como fazendo parte de uma ideia geral de meio ambiente, o que já demonstra um grau de observação e interpretação relevante sobre o conceito. A ideia de não apresentar uma definição nem de ambiente, nem de desigualdade, nem do que seria positivo ou negativo nesse contexto, foi pensada justamente para que eles ficassem totalmente livres para expressar suas próprias definições da forma como eles mesmos compreendem, e o resultado foi muito satisfatório.

Já em relação aos parágrafos, cerca da metade deles escreveu apenas uma linha, dentre esses tiveram os que se utilizaram de apenas poucas palavras e com uma caligrafia um tanto quanto confusa em alguns casos, enquanto a outra metade de registros contou com cerca de três a quatro linhas completas. Na maioria dos casos, mesmo dos que pouco escreveram, o texto auxiliou bastante na interpretação dos desenhos e demonstrou a criticidade com que eles expressam o significado de valores agregados a suas próprias percepções.

3.2. AS ESCOLAS

As atividades das duas escolas foram analisadas de forma separada para que fosse possível realizar uma comparação entre as suas formas de registro, que demonstram, através da riqueza de detalhes dos desenhos, dos materiais utilizados e do desenvolvimento dos parágrafos, como as diferenças entre a realidade das duas escolas, e logo, seus contextos socioeconômicos e recursos disponíveis, influenciam direta e indiretamente na expressão das percepções.

Em relação a uma observação mais superficial, o que mais chama atenção em apenas uma rápida olhada para as atividades é como os desenhos dos alunos da Escola 2 são muito mais coloridos do que os da Escola 1, o que pode indicar o acesso a materiais como lápis de cor, canetinhas, tintas, etc. Como pode ser observado nas seguintes imagens da Figura 2:

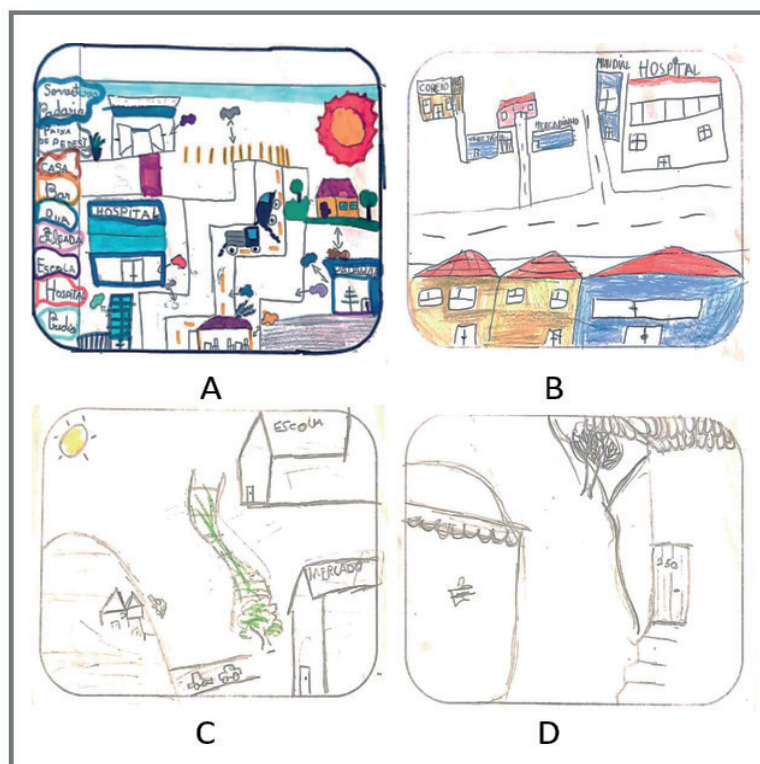


Figura 2. Produções dos alunos: A e B são desenhos da Escola 2; C e D são desenhos da Escola 1.

Fonte: os autores.

Numa análise um pouco mais apurada, é possível perceber que esses desenhos, além de mais coloridos também apresentam uma riqueza de detalhes bem maior, o que se reflete na representação de mais elementos. Isso pode ser percebido também nos parágrafos da Escola 2 que foram em sua grande maioria mais elaborados, conforme os exemplos apresentados na Figura 3:

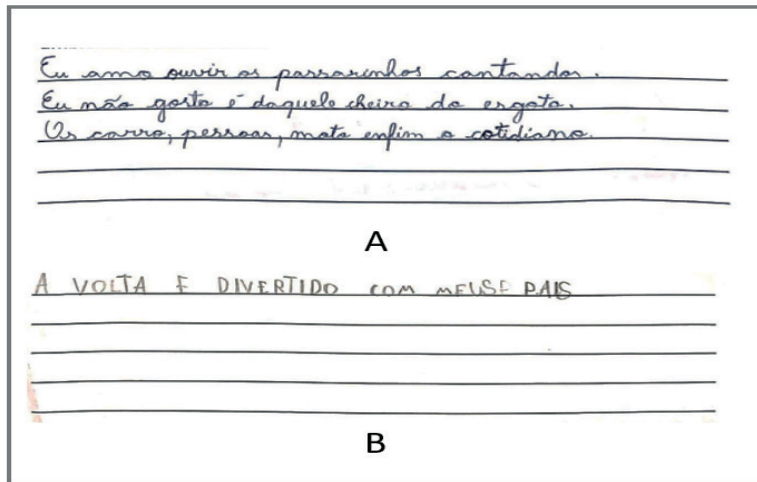


Figura 3. Produções dos alunos: A é um texto da Escola 2; B é um texto da Escola 1.
Fonte: os autores.

Essas questões podem ser explicadas pela simples razão da disparidade de qualidade do ensino e do acesso a recursos que cada uma das escolas oferece, o que pode ser percebido numa única visita às instituições, que apresentam um aparato totalmente desigual, mas há também que se considerar que a desigualdade socioeconômica, particularmente em relação às escolas, foi grandemente ampliada durante a Pandemia de Covid-19, que se estendeu pelos dois anos imediatamente anteriores à coleta de dados. Os alunos da maioria das escolas públicas que passaram por processos de letramento no período tiveram muito menos acesso às condições de estudo do que os alunos que frequentaram instituições do porte da escola privada participante da pesquisa, o que pode ter exacerbado a diferença de possibilidade de expressão entre os dois grupos de alunos.

3.3 O CAMINHO E O AMBIENTE

Nos desenhos dos alunos da Escola 1 é possível observar o quão influente é o morro nos seus trajetos, já que é o elemento gráfico mais representado, e que também aparece na sua escrita (Figura 4). Além disso, é interessante observar, numa comparação, que os elementos naturais se fazem muito mais presentes do que nos desenhos dos alunos da Escola 2.

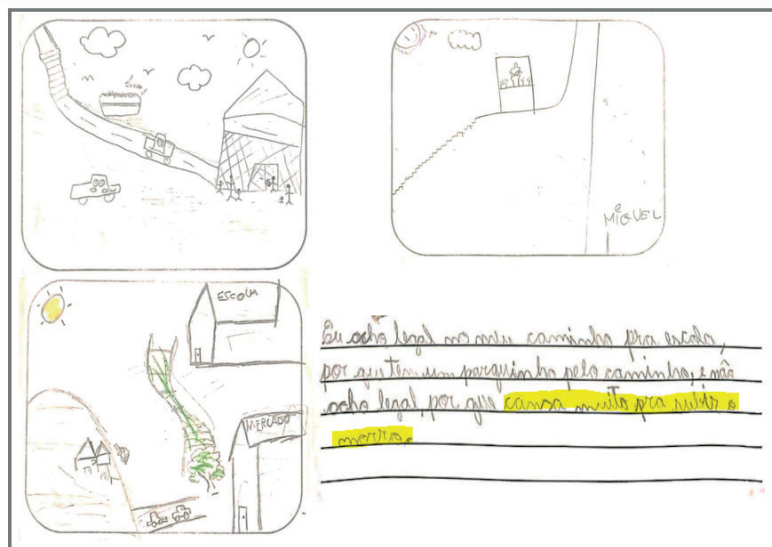


Figura 4. O caminho e o ambiente na Escola 1.

Fonte: os autores.

Do mesmo modo, de acordo com essa perspectiva, é possível observar que os alunos da Escola 2 (Figura 5) representam uma quantidade muito maior de estabelecimentos comerciais e construções como prédios, que caracterizam bem a localidade mais central da cidade e, além disso, um apontamento interessante de se fazer, é que somente em suas ilustrações há indicação do nome de ruas e avenidas, o que pode ser observado tanto em seus desenhos quanto em seus parágrafos.

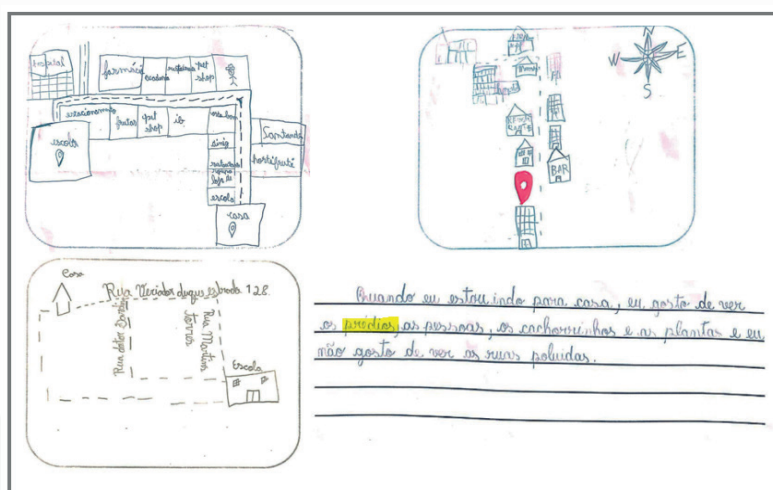


Figura 5. O caminho e o ambiente na Escola 2.

Fonte: os autores.

Outra questão interessante é a representação da marcação semelhante a de aplicativos de localização e mapeamento que aparece em desenhos de alunos da Escola 2, o que pode indicar a utilização dos mesmos e uma apropriação maior de localização da cidade, principalmente, da sua região central.

3.4 POLUIÇÃO

Outra comparação importante a ser feita é a representação da poluição presente nas diferentes localidades (Figura 6). Enquanto em alguns desenhos e parágrafos de alunos da Escola 1 podemos observar o apontamento negativo sobre o lixo e esgoto como elementos integrantes da poluição, nas reproduções dos alunos da Escola 2 os aspectos negativos são mais comumente representados como a poluição sonora, expressos na indicação de sons típicos dos meios mais urbanizados, como a buzina no trânsito e o barulho de obras, além da aglomeração tanto de pessoas como de carros. Assim como apresentam MAIA e MACHADO (2016, p.3) quando discutem a desigualdade ambiental, é possível perceber através das representações desses alunos como os danos são distribuídos de forma desigual de acordo com cada território.

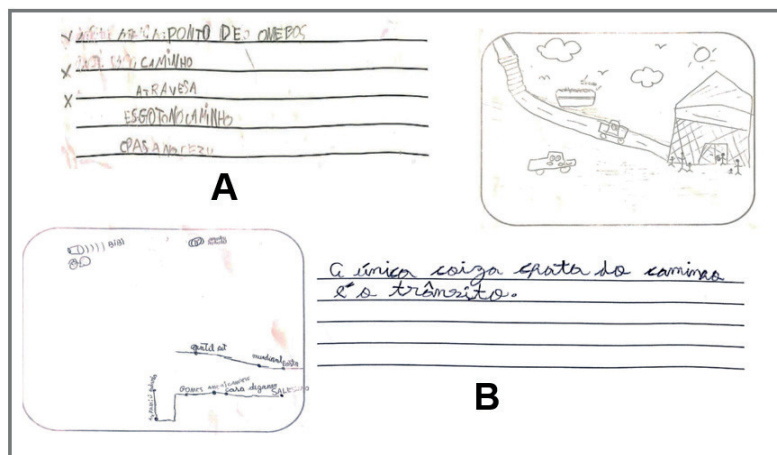


Figura 6. Elementos ligados à poluição: A são produções da Escola 1; B são produções da escola 2.

Fonte: os autores.

Os resultados revelaram interpretações abrangentes do conceito de meio ambiente e das desigualdades ambientais, o que pode ser explicado, principalmente, pela metodologia utilizada, que ao nosso ver propiciou uma oportunidade de expressão mais genuína e sem restrições das percepções por parte dos participantes. Em nossa pesquisa, as crianças expressam elementos ligados a uma situação concreta de vida - o caminho para a escola, o que parece ter descolado as respostas do discurso ambientalista geralmente mobilizado quando elas se expressam sobre “o que é meio ambiente”, mais frequente em pesquisas sobre representações sociais de ambiente de crianças.

Nossa abordagem difere da maioria dos trabalhos que investigam a temática das percepções de crianças acerca do meio ambiente, que seguem um paradigma “humano X natureza”, como por exemplo, a tese de doutorado de Profice (2010), que investiga percepções infantis de ambientes naturais protegidos de acordo com uma perspectiva da interação ‘pessoa-ambiente’, o que também pode ser encontrado no trabalho de Lima, Morais e Bassetti (2017), que limita-se na questão do descarte e tratamento adequado do lixo com uma proposta de ‘conscientização’ sobre a questão ambiental, corroborando um discurso meramente ambientalista.

Pedriani, Costa e Ghilardi (2010) apresentam uma proposta interessante que busca investigar as percepções de meio ambiente de crianças em situações de vulnerabilidade social, privadas de liberdade, porém, quando categoriza os elementos constituintes, acaba caindo no mesmo fracionamento “natureza x humano” estabelecendo uma clara diferenciação nos critérios “artificiais X naturais” e “bens faunísticos, florísticos, edáficos, atmosféricos e humanos”, além disso defende um programa de sustentabilidade, e a partir disso, conclui que 75% das representações do meio ambiente retrataram de forma predominante elementos naturais.

Em contraponto, uma pesquisa que se aproxima bastante da análise realizada no presente trabalho é a de Garrido e Meirelles (2011), intitulada “A percepção de meio ambiente por alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental”, aponta a necessidade de englobar elementos naturais e sociais na conceituação de meio ambiente e “da importância de se trabalhar a Educação Ambiental desde os primeiros anos de escolaridade”. Contudo, os resultados revelados são diferentes, apontando que os participantes “apresentam uma percepção naturalista do meio ambiente”.

Ferreira e colaboradoras (2020), apresentam um trabalho significativo no tema, que se utiliza de várias dinâmicas e brincadeiras como metodologia investigativa, além do que, mapeia questões de consumo. Entretanto, quando dispõe do emprego do desenho, acaba adotando a comum segmentação da ideia de ambiente, a partir da questão “eu e o ambiente”. Batista, de Paula e Matos (2018) realizam sua pesquisa através de questionários, com alunos de 11 anos, moradores de uma região periférica de Fortaleza. Um dado bastante relevante que este estudo consegue levantar é o julgamento de valor que essas crianças fazem de suas localidades em relação às regiões mais centrais, indicando condições inferiores em seus bairros, e apesar dessa informação indicar uma percepção latente de injustiça ambiental, ela não é discutida dessa forma pelos autores.

Barboza, Brasil e Conceição (2016) trabalham com “mapas mentais” de crianças que cursam do 6º ao 9º ano do EF, com o objetivo de analisar a percepção ambiental dos alunos relacionada à saúde ambiental na localidade, solicitando a representação de seus caminhos, assim como o presente trabalho. Os autores concluem que, assim como em outros resultados já explicitados, os elementos naturais são os mais percebidos, mas que muitos deles também representam elementos urbanos em suas ilustrações: “Os elementos, como rua, casa e árvores, estiveram presentes em mais de 89% dos desenhos”.

Em nossa pesquisa, apesar dos alunos da Escola 1 viverem em um bairro mais afastado do grande centro e, por isso, não tão urbanizado e com uma presença maior de vegetação e recursos naturais, eles não se limitaram a esses elementos em suas representações: pelo contrário, na maioria dos desenhos foram mostrados ruas, casas, carros e rampas. Os alunos da Escola 2, moradores da região mais central, registram vários elementos urbanos para ilustrar seu ambiente, utilizando inclusive os marcadores de localização de aplicativos e demonstrando familiaridade com processos urbanos de “navegação”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de conversar com outros trabalhos existentes na literatura dessa temática, foi possível observar algumas semelhanças, mas na maioria das vezes, muitas divergências, principalmente no campo conceitual, e o que chama bastante atenção é que há uma preocupação

pungente de compreensão acerca do que as crianças entendem por meio ambiente, mas nem tanto no que diz respeito à compreensão das injustiças ambientais nem aos processos sistemáticos que as causam e perpetuam.

Os registros dos participantes da pesquisa sobre suas percepções acerca do ambiente que os cerca, mesmo que partindo de uma simples atividade, conseguiram demonstrar como as crianças são atravessadas por seu contexto ambiental, e como esse atravessamento imprime nas mesmas observações claras e objetivas sobre o espaço em que vivem e seus elementos formadores, além do que, permitiu a expressão de seu senso crítico em relação ao que consideram positivo e negativo em relação a estruturação e organização desse ambiente.

Partindo do parâmetro de análise dos territórios onde localizam-se as duas escolas investigadas, e consequentemente, onde localizam-se as diferentes moradias dos alunos, é possível realizar as demais ponderações comparativas, como por exemplo a discrepância de distribuição de renda, do acesso à infraestrutura básica e à mobilidade urbana, o que refletiu diretamente nos diagnósticos realizados pelos alunos na atividade solicitada.

É importante ressaltar que as impressões geradas a partir dessas localidades pressupõe uma desigualdade de acesso aos direitos à cidade, como afirma David Harvey (2012:87): “O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto.”

De acordo com o registro das impressões dos alunos, tanto nos desenhos como nos parágrafos escritos, pode-se observar uma distinção concreta de valores que realizam entre o que seria um ambiente agradável e um ambiente desagradável, e como conseguem acesso à esses ambientes, demonstrando que em alguns momentos eles percebem o que consideram positivo mais próximo a suas casas ou mais próximo a suas escolas, ou mesmo no caminho, destacam a disposição de elementos que percebem de forma negativa e que não se estende por todo o trajeto de forma padronizada e estável, como por exemplo a seguinte frase demonstra: “ Eu acho legal no meu caminho pra escola, porque tem um parquinho no caminho, e não acho legal, por que cansa muito para subir o morro.” (texto de um aluno da Escola 1). Outra frase que traz de forma bastante objetiva a disparidade encontrada no caminho e de concepção

do espaço é a seguinte: “Eu acho legal a padaria e um restaurante e eu não gosto do lixão e a favela.” Parágrafo de um aluno da Escola 2

Assim sendo, é possível considerar que os resultados desta pesquisa possibilitaram corroborar a tese inicial de que sim, as crianças percebem os efeitos das desigualdades ambientais que as cercam, e as percebem de forma bastante intuitiva e crítica ao mesmo tempo, indicando seus contextos, os valores envolvidos nos mesmos e explicitando os problemas de forma concreta. Essa afirmação também confirma a posição das crianças como sujeitos sociais, que no presente, e não somente como meros projetos de futuro, estão sendo atravessadas pelas mais diversas questões impostas pelo nosso tipo de organização social, e que a partir disso, expressam plena capacidade de formarem suas próprias impressões e expressá-las através da construção de percepções bastante apuradas.

A partir dessas percepções ativas que as crianças demonstram acerca do ambiente e suas desigualdades, parece ser possível, e, na verdade, necessário, que se desenvolvam abordagens de educação ambiental crítica nessa faixa etária, que tenha por base as próprias vivências desses sujeitos. Isso porque, partindo do princípio de que elas apresentam senso crítico sobre o tema, podem e devem participar da construção de compreensão sobre os processos geradores dessas desigualdades e injustiças, de forma a desenvolverem uma consciência socioambiental, que possibilitará sua colaboração na elaboração de novas alternativas de atuação em frentes de resistência a esse sistema vigente. Ainda segundo Harvey, sobre o direito à cidade: “a democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais.” (HARVEY, 2012:88)

Nossa pesquisa também nos abriu novas possibilidades de questionamentos e desdobramentos acerca do tema: Será que os resultados apresentados, no que diz respeito à representação de pontos marcados com localização específica, demonstram que os alunos de escolas situadas em regiões mais centrais têm mais acesso às tecnologias digitais e isso permitiria maior apropriação do espaço da cidade? Como as diferentes realidades socioeconômicas e diferentes relações de apropriação da cidade impactam as abordagens de perspectivas de educação ambiental

crítica nas escolas? Esperamos, com nossos questionamentos, contribuir para o conhecimento da EA nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri., MELLO, Cecília Campello do A., BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 160 p.

BATISTA, Leidiane Priscilla de Paiva; DE PAULA, Edson Oliveira; MATOS, Tharcia Priscilla de Paiva Batista. Percepção ambiental de crianças de escola pública do bairro Carlito Pamplona, Fortaleza, CE. **Anais...** VII Encontro Nacional das Licenciaturas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARBOZA, Luciana Arantes Silva; BRASIL, Davi do Socorro Barros; CONCEICAO, Gyselle dos Santos. Percepção ambiental dos alunos do 6º e do 9º anos de uma escola pública municipal de Redenção, Estado do Pará, Brasil. **Rev Pan-Amaz Saude**, Ananindeua, v. 7, n. 4, p. 11-20, dez. 2016. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jul. 2022. <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000400002>;

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a;

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?. **OpenEdition Journals**, [s. l.], p. 1-21, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1138>. Acesso em: 11 dez. 2021;

FERREIRA, Fernanda Aires Guedes; DE SOUZA, Poliane Tamara; DA COSTA, Simone Aparecida; QUINTÃO, Thaís Cruz; Percepção ambiental de estudantes de uma escola de Educação Infantil sobre impactos ambientais. In: BARBOSA, G. S.; FERREIRA, F.A.G. **Saberes sobre a Educação Ambiental**.

UEMG: Belo Horizonte, p.25-41, 2020.FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 64ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2020;

GARRIDO, Luciana dos Santos; DE MEIRELLES, Rosane Moreira Silva; A percepção de meio ambiente por alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental; **Atas...** ENPEC 8, Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Campinas, 2011. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viiienpec/resumos/R0978-1.pdf. Acesso em 14/07/2022.

HARVEY, David. Direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012;

IGLESIAS-RÍOS, Ricardo. **Capitaloceno: a era da barbárie**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Yellow Carbo Design e Publishing. 2019.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. **Anais...** VI Encontro “Pesquisa em Educação Ambiental” A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil, Ribeirão Preto, p. 1-15, 10 set. 2011.

LIMA, Francielle Silva; DE MORAIS, Josmaria Lopes; BASSETI, Fátima de Jesus. Percepção ambiental de crianças: investigação realizada por meio de desenhos. **Anais...** XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental. Curitiba, 2017.

MAIA, Vânia R. P. ; MACHADO, Carlos R. S. ; As crianças e a educação ambiental: discursos sobre “gerações do futuro” e apontamentos sobre uma possível contribuição na área; **EccoS Revista Científica**, núm. 40, pp. 163-185, 2016;

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 217 A III, em 10 de dezembro 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos, [S. l.], 10 dez. 1948;

PEDRINI, Alexandre; COSTA, Érika Andrade; GHILARDI, Natalia. Percepção ambiental de crianças e pré-adolescentes em vulnerabilidade social

para projetos de educação ambiental. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 1, p. 163-179, 2010.

PROFICE, Christiana Cabicieri. **Percepção ambiental de crianças em ambientes naturais protegidos**. 2010. 180 f. Tese (Doutorado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira; LEITÃO, Gerônimo Emílio de Almeida. **Como as crianças vêm a cidade**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Pallas - Flacso. 1995.